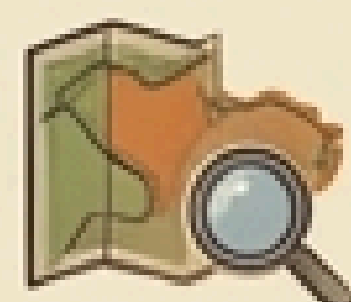


Eixo 1 – Gestão Sustentável para Neutralidade da Degradação da Terra

Conservação e Recuperação dos Solos

Manutenção da qualidade dos solos através de práticas sustentáveis, restauração de áreas degradadas e manejo florestal responsável para evitar, reduzir e reverter a degradação da terra.



Fiscalização Ambiental e Regularização Fundiária

Fortalecimento da fiscalização ambiental e apoio à regularização de imóveis rurais em territórios de povos tradicionais e agricultura familiar via Cadastro Ambiental Rural (CAR).



Ampliação do Corpo Técnico

Articulação com órgãos como IBAMA, ICMBio, CPRH para aumentar o número de servidores atuando em áreas de alto índice de desmatamento ilegal.



Monitoramento dos Biomas

Implementação e acompanhamento dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento, utilizando dados do PRODES/INPE para detectar supressão de vegetação nativa.

Metas para Neutralidade da Degradação da Terra (LDN)

Definição e monitoramento a Metas para o Marco Estratégico 2018/2030 do UNCCD para neutralizar a perda de terras produtivas.



Degradação

Restauração e práticas sustentáveis



Ampliação de Unidades de Conservação

Incentivar a criação de novas áreas protegidas, priorizando biomas com menor representatividade de conservação.



Monitoramento ODS 15.3.1

Articulação de instituições de ciência e pesquisa para identificar áreas em processo de degradação e suscetíveis à erosão.



Recuperação de Áreas com Níveis 4 e 5 de Degradação

Priorização da recuperação de áreas com níveis críticos de degradação da terra.



Produção de Mudanças e Sementes Nativas

Instalação de bancos comunitários de sementes nativas e estímulo à produção de mudas para reflorestamento.



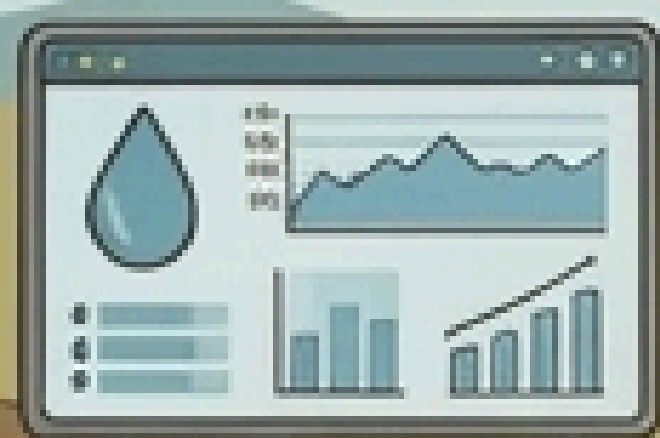
Pacto da Restauração com Setor Privado

Construção de parcerias com os setores de mineração, agropecuária e energia para neutralizar os impactos da degradação causada por essas atividades.

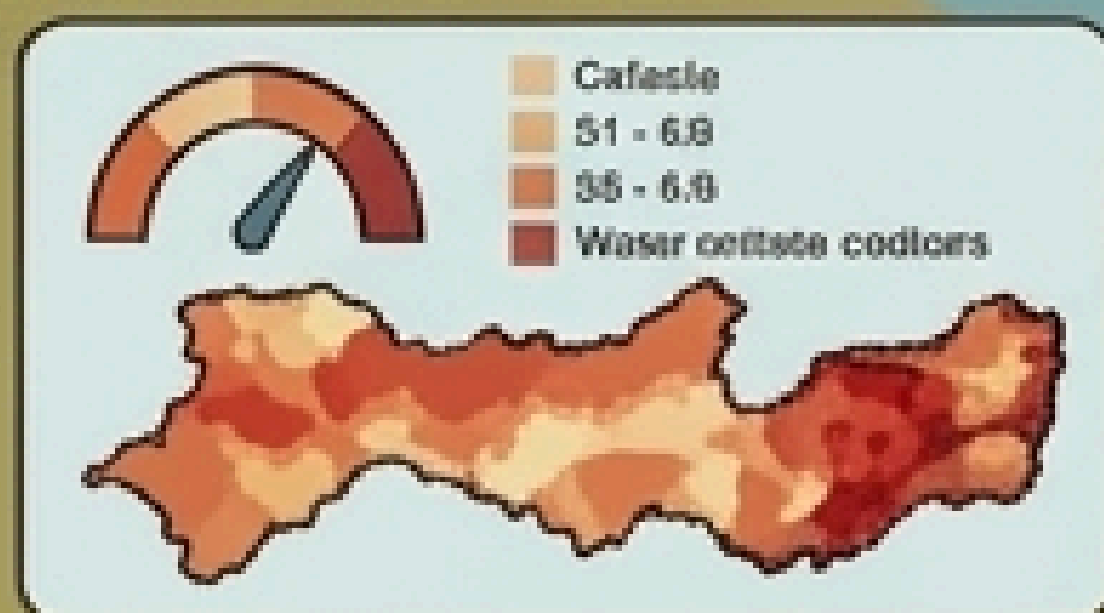
Categoria	Indicador de Monitoramento
Fiscalização	Percentual de servidores atuando em desmatamento.
Restauração	Hectares de áreas degradadas em processo de recuperação.
Biodiversidade	Número de mudas de espécies nativas produzidas e plantadas.
Governança	Inventário de práticas agroecológicas e conservacionistas disponibilizado.



Eixo 2 - Adaptação às Mudanças Climáticas e Mitigação dos Efeitos da Seca

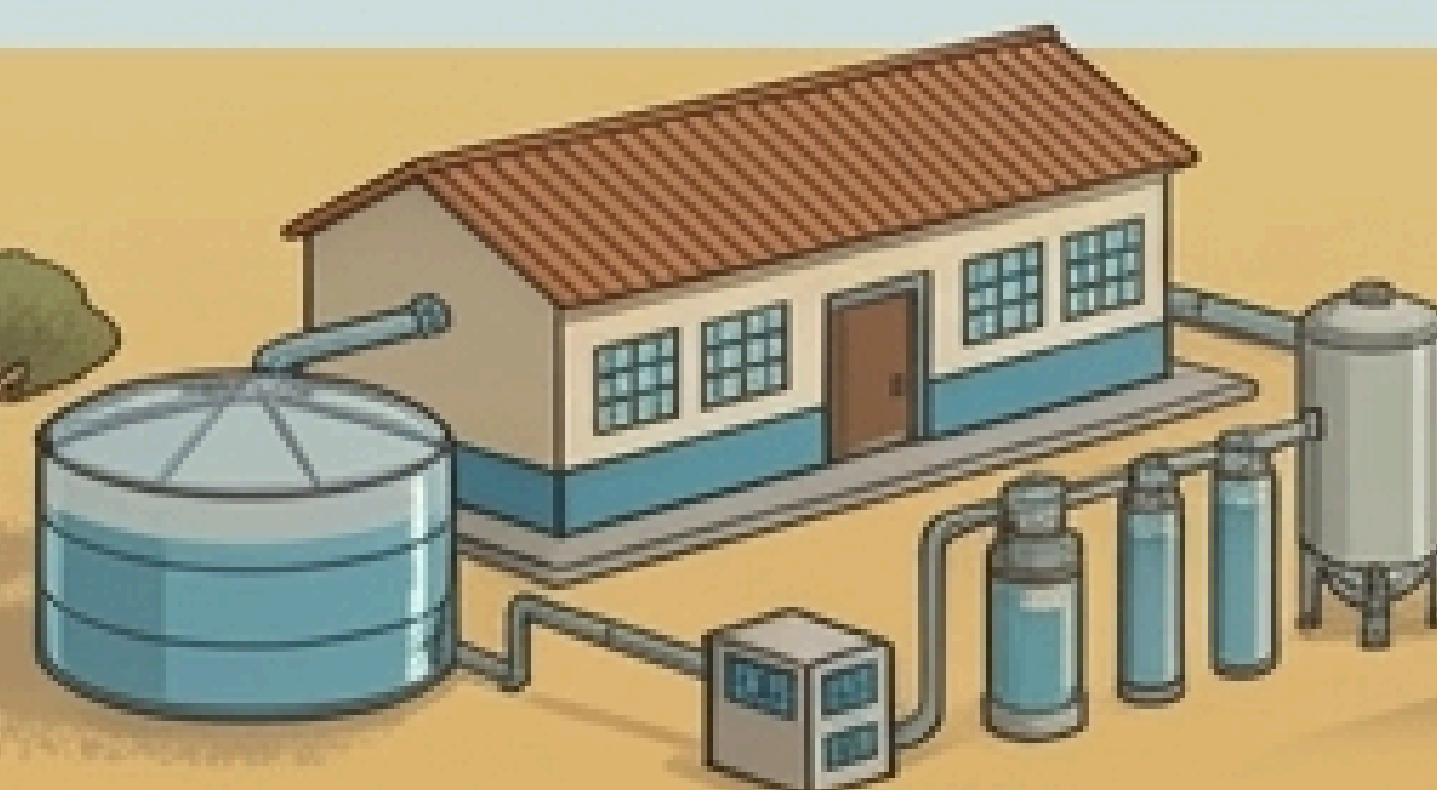


Mapeamento e Inventário de Tecnologias
Identificação e sistematização de tecnologias sociais de acesso à água e esgotamento sanitário em áreas de alta vulnerabilidade climática.



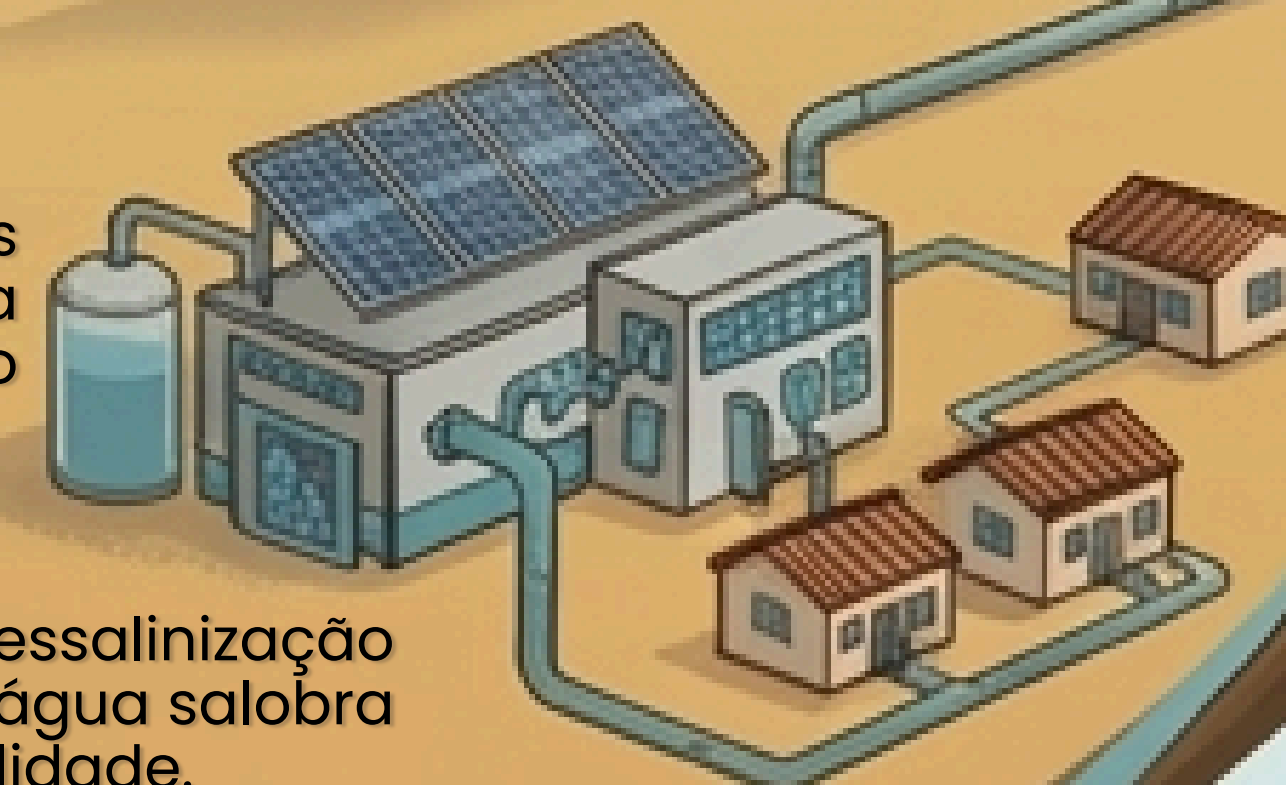
Índice de Segurança Hídrica (ISH)
Foco prioritário em municípios com ISH baixo ou crítico para a implementação de cisternas e infraestruturas de captação de água.

Valorização do conhecimento local
Registro de alternativas adaptativas desenvolvidas pelas populações locais para fortalecer uma plataforma digital inclusiva de soluções hídricas.



Segurança Hídrica nas Escolas Rurais
Instalação de cisternas, filtros ou outras tecnologias sociais de acesso à água para garantir que a educação no semiárido não seja comprometida pela falta de água.

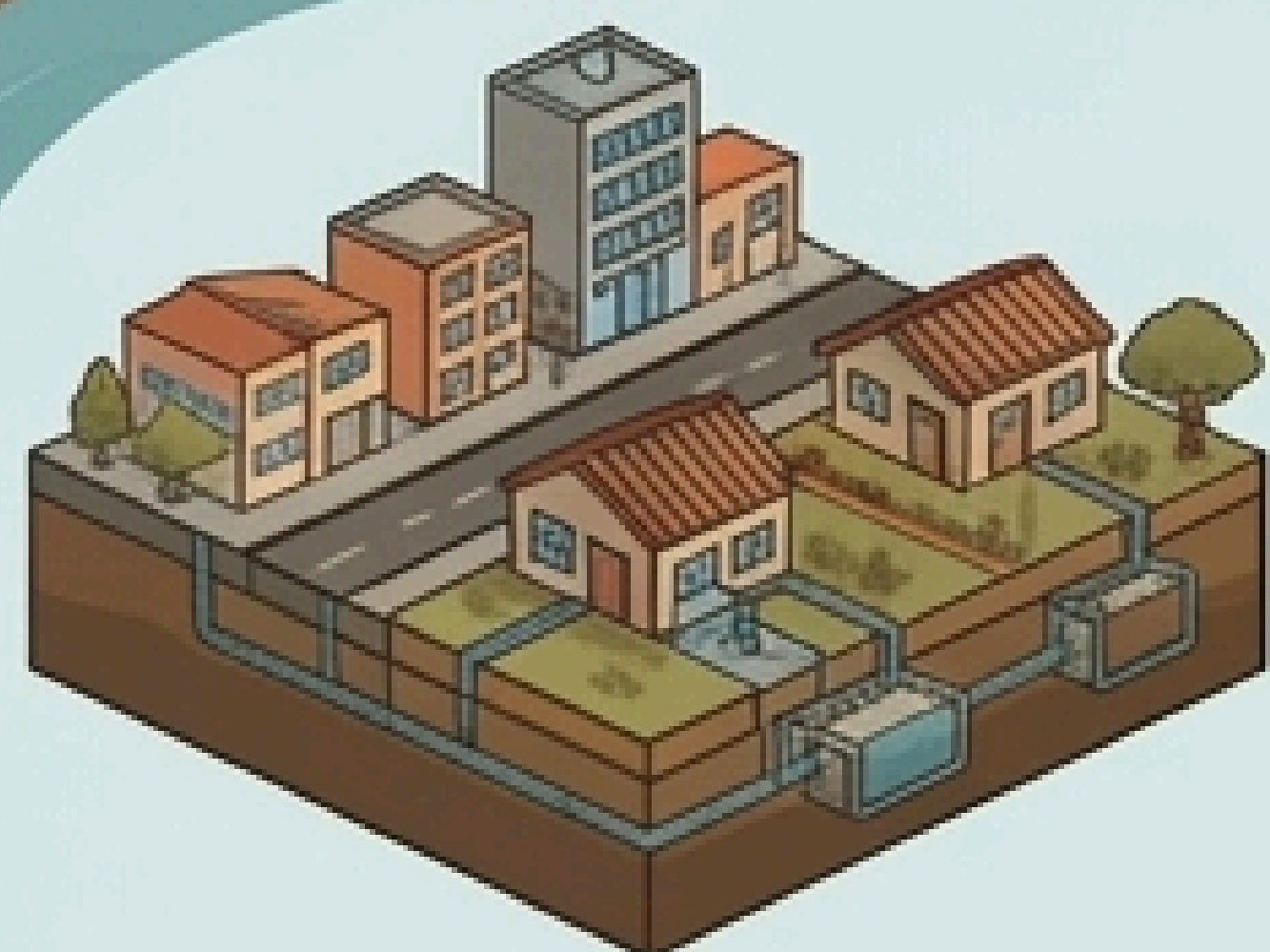
Redução da Dependência de Carros-Pipa
Investimento estrutural em adutoras regionais e perfuração de poços para garantir autonomia hídrica.



Programa Água Doce
Expansão de sistemas de dessalinização comunitários para converter água salobra em água potável de boa qualidade.



Capacitação Vigiaqua
Treinamento contínuo de técnicos municipais em vigilância da qualidade da água para consumo humano em áreas suscetível à desertificação.



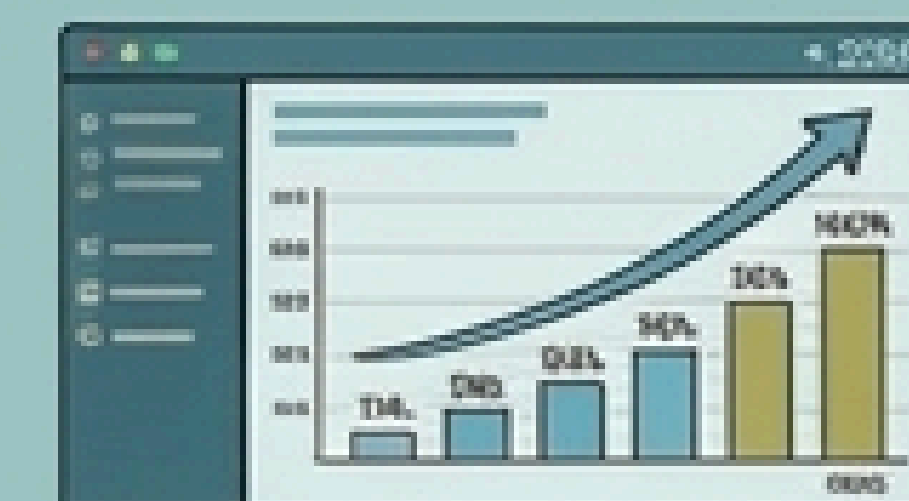
Esgotamento Sanitário
Ampliação de redes coletoras e fossas sépticas em domicílios urbanos e rurais, respeitando as metas da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA).



Economia Circular da Água
Implementação de sistemas de redes eficientes de aproveitamento de águas pluviais para múltiplos usos, reduzindo desperdícios.



Gestão de Resíduos Sólidos no Meio Rural
Recuperação dos resíduos sólidos e implementação de metas de tratamento, integradas ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos.



Monitoramento de Metas Progressivas
Acompanhamento rigoroso do percentual de domicílios atendidos com água tratada e esgoto coletado.

Eixo 3 – Pesquisa, Inovação e Gestão da Informação



Fortalecimento da Rede de Ensino

Incorporação das temáticas de desertificação nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e programas de formação continuada para professores das redes públicas.

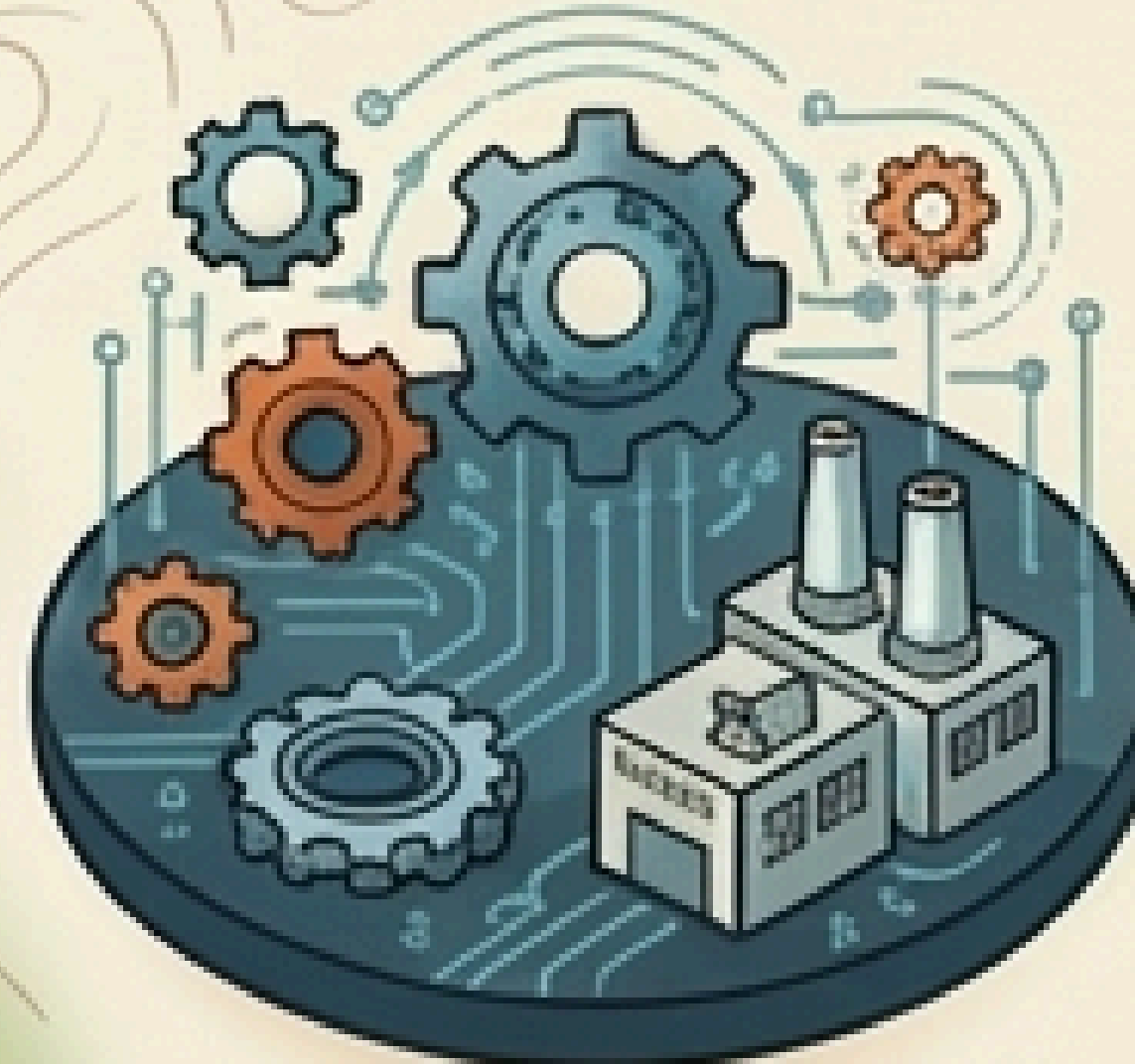


Especialização e Pesquisa de Ponta

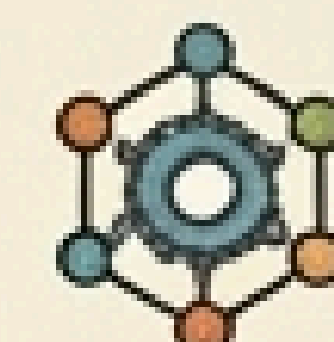
Criação de linhas de pesquisas específicas e oferta de bolsas de pós-graduação em universidades do Semiárido, articulando com CNPq e CAPES para focar na mitigação de danos ambientais.



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA



FOMENTO À CIÊNCIA E INOVAÇÃO



Redes de Colaboração Científica

Fomentar uma rede ativa de pesquisadores e pesquisadoras, promovendo eventos científicos que integrem o conhecimento científico aos saberes populares locais.



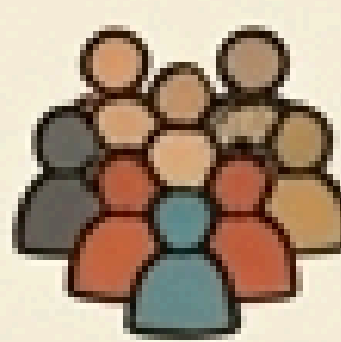
Alocação de Recursos Estratégicos

Uso de agências de fomento e fundos para financiar pesquisas aplicadas e o desenvolvimento de tecnologias voltadas ao combate e desertificação no Semiárido.



Produção de Material Didático

Lançamento de editais para criação de materiais audiovisuais e pedagógicos sobre desertificação para distribuição em larga escala nas escolas e espaços educativos.



Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais

Formação voltada para agricultores familiares, indígenas e quilombolas sobre a adaptação às mudanças climáticas e gestão de riscos no território.



Comunicação e Transparência

Desenvolvimento de uma plataforma de comunicação popular com materiais gráficos e informativos acessíveis sobre as causas e consequências da degradação da terra.



Formação de Gestores Públicos

Implementação de programas de formação para gestores municipais (executivo e legislativo) através da plataforma ENAP para qualificar a tomada de decisão local.



EDUCAÇÃO POPULAR E JUSTIÇA CLIMÁTICA



MONITORAMENTO E ALERTA PRECOCE (SAP)



Reativação do Sistema de Alerta Precoce (SAP)

Implementação de um sistema iterativo e amigável para monitorar secas e desertificação, integrando diversas bases de dados governamentais.



Relatórios e Webinários

Emissão periódica de alertas de seca e realização de seminários online para democratização do acesso a informações sobre dados climáticos e corpos hídricos.

Eixo 4 - Melhoria das Condições de Vida da População Afetada



Território e Direitos à Terra



Regularização e Titulação de Territórios Tradicionais

Garantia da demarcação, regularização, titulação fundiária e desinstituição dos territórios quilombolas, povos indígenas, comunidades de fundo e fecho de pasto e demais Povos e Comunidades Tradicionais (PCT).



Reforma Agrária com Foco em Gênero e Infraestrutura

Mapeamento dos municípios com maior demanda para reforma agrária nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca e titulação da terra, preferencialmente em nome das mulheres.



Amplicação do Crédito Fundiário (PNCF)

Aumento do percentual de recursos financeiros destinados a jovens e mulheres em territórios afetados pela desertificação e degradação de terra.



Soberania Alimentar e Produção Saudável



Assistência Técnica (ATER) Agroecológica

Oferta de assistência técnica multidisciplinar e continuada para o fortalecimento de cooperativas de assentados.



Fortalecimento da Segurança Alimentar (SAN)

Promoção da inserção progressiva de produtos da sociobiodiversidade e da agroecologia na alimentação escolar.



Bancos Comunitários de Sementes Crioulas

Fomento da criação de casas de sementes tradicionais para garantir a autonomia dos agricultores frente à seca e à perda de biodiversidade.

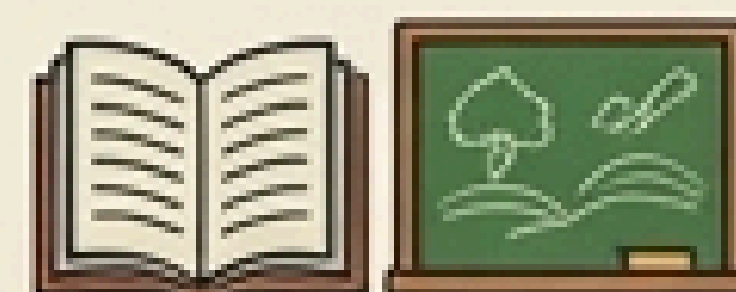


Sociobioeconomia e Crédito Rural

Capacitação de agentes de crédito e agricultores para o uso do PRONAF com foco em práticas conservacionistas e manejo sustentável.



Educação e Cidadania no Campo



Educação Contextualizada e PRONERA

Ampliação do número de vagas ofertadas pelo PRONERA nos territórios afetados pela desertificação, degradação da terra e efeitos da seca.



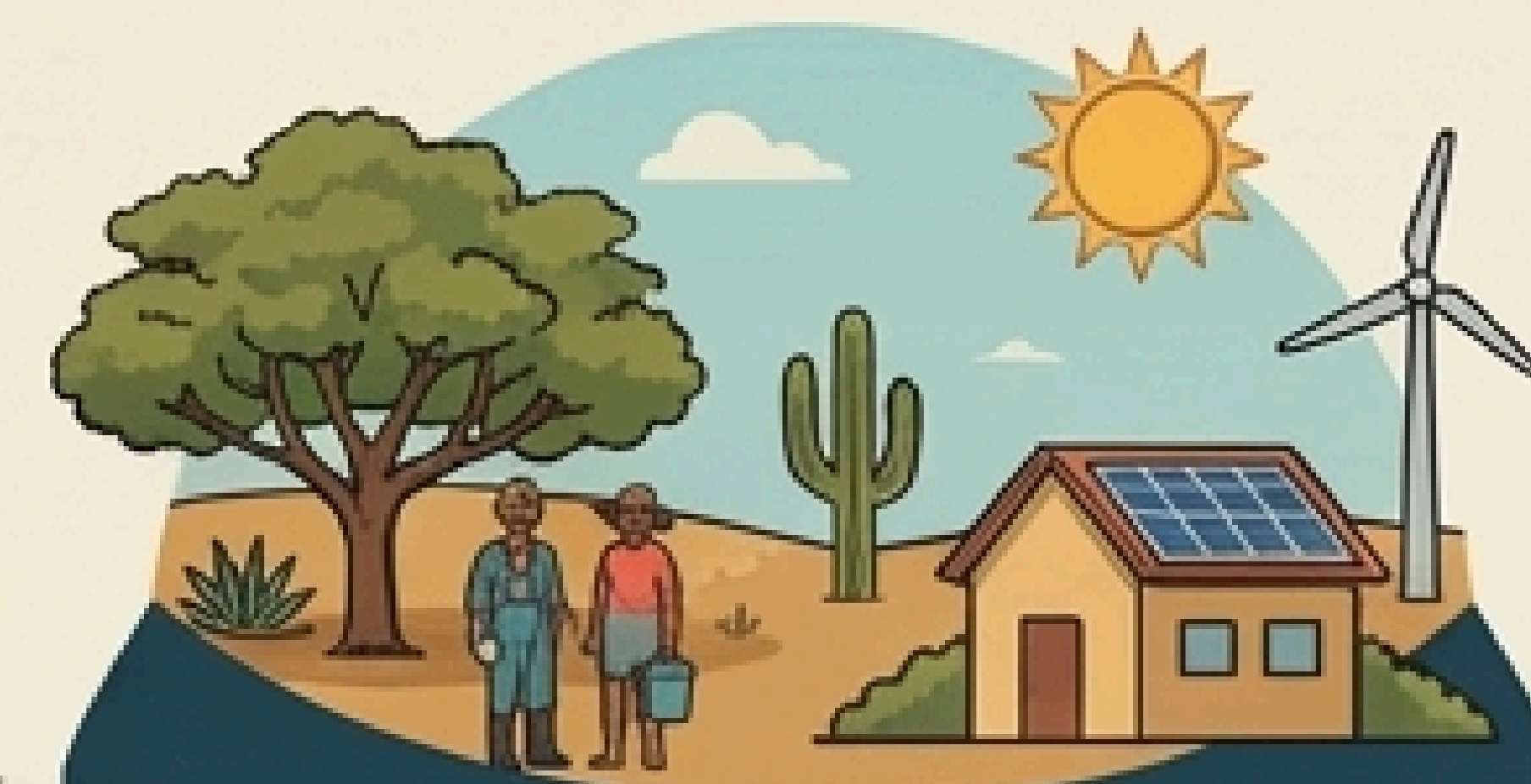
Escolas Famílias Agrícolas (EFAs)

Expandir o número de EFAs nos territórios afetados pela seca e desertificação, fortalecendo a identidade e o pertencimento dos jovens rurais no seu território.

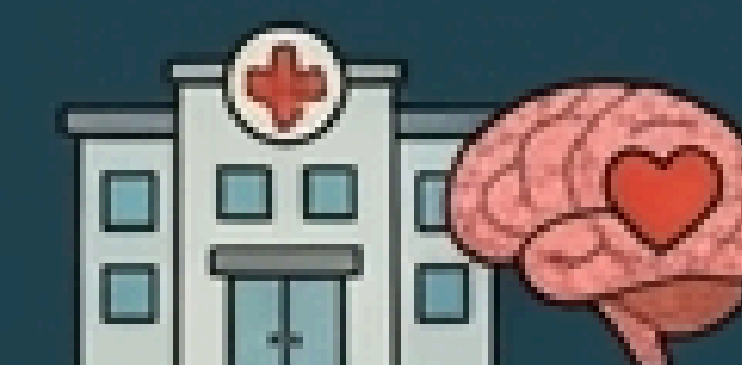


Educação Infantil Rural

Ampliação do acesso à Educação Infantil (creches e pré-escolas) para atender as comunidades rurais.

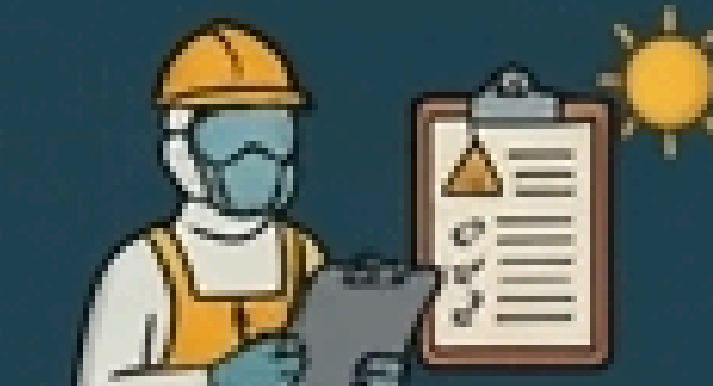


Saúde, Energia e Bem-Estar



Saúde Pública Rural e Mental

Ampliação do percentual de profissionais de diferentes especialidades da saúde física e mental para atendimento da população.



Vigilância e Saúde do Trabalhador

Desenvolvimento de um protocolo de vigilância em saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras afetados pelo calor extremo, seca e desertificação.



Autonomia Energética Renovável

Ampliação do número de famílias rurais capacitadas na operação de equipamentos produtores de energias renováveis.

Eixo 5 - Governança e Fortalecimento Institucional

Fortalecimento da Estrutura e Legislação



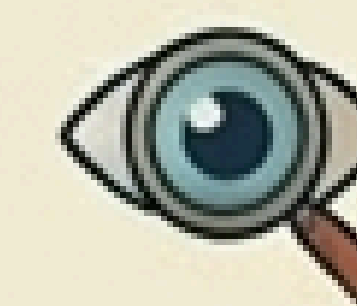
Consolidação do PAE-PE e Governança Participativa
Atualização do PAE - PE de forma participativa, em sinergia com o PAB-Brasil, assegurando o funcionamento da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD).



Regulamentação e Reconhecimento Legal
Aprovação da PEC 504/2010 (Caatinga como patrimônio) e revisão da Lei nº 13.153/2015 (Política Nacional de Combate à Desertificação).



Monitoramento e Controle Social



Transparência e Relatórios Periódicos
Produção de relatórios anuais do PAB-Brasil e PAE-PE para controle social e democratização do conhecimento.



Democratização da Informação
Divulgação ampla das metas alcançadas no PAE - PE e indicadores de monitoramento para toda a sociedade pernambucana.



Prevenção no Licenciamento Ambiental
Integração de análise de risco de desertificação nos processos de licenciamento e outorga.

Recursos e Gestão Financeira



Criação do Fundo Nacional (FNCD)
Institucionalização de um fundo com conselho gestor equitativo e paritário para financiamento contínuo de ações de combate à desertificação.



Articulação de Fontes de Financiamento
Mobilização de recursos de bancos de desenvolvimento e fundos climáticos (como Fundo Verde para o Clima) e organizações internacionais.

Sinergia e Integração de Políticas



Alinhamento com as Convenções da ONU
Promoção de diálogos para criar sinergia entre as agendas de combate à desertificação, mudanças climáticas e biodiversidade.



Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)
Regulamentação da Lei nº 14.119/2021, priorizando pagamentos para PIPCTAFs (Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares).



Implantação do Sistema Nacional (SNCD)
Elaboração de subsídios técnicos para institucionalizar o Sistema Nacional e o Conselho Nacional de Combate à Desertificação.